

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado do Paraná

Class.: 502

Data: 10/05/81

Pg.: _____



As reflexões de Juruna

"O índio está atrasado por culpa de quem? Do governo. O branco também está atrasado? Também está atrasado. O branco está atrasado porque o índio está atrasado. Se o governo ajudar o índio, o índio vai embora. Aprende, vai pra frente. Sozinho ninguém aprende". Assim o cacique Mário Juruna, da tribo dos Xavantes, reagiu à tese de Carlos Alberto Pereira de Oliveira, presidente da Federação das Associações Comerciais do Paraná que, em resumo, considera que a existência de miséria no Brasil é de origem étnica e que índios e negros não têm condições de adaptar-se à sociedade moderna.

O cacique Juruna passou ontem por Curitiba com destino à reserva de Mangueirinha, onde iria se reunir com a comunidade Caingangue e Guarani, para tratar do problema de terras que eles enfrentam. Antes de Curitiba, Juruna esteve no Rio Grande do Sul, também mantendo contato com outras tribos. "Quero ver problema, ver onde índio vive melhor, onde a Funai protege melhor o índio", disse, sobre as viagens. "Não vou atrás de conversa de ninguém. Quero ouvir o índio".

GOVERNO GERENTE

Na sua visita aos índios gaúchos,

Juruna estranhou que muitos homens das tribos eram militares. "Não essa carreira", disse, atribuindo isso à falta de informação. Estranhou, também, que as reservas indígenas estão "encostadas nas cidades. Não tem mata, floresta. Só campo. Incrível", admirou-se. Não gostou, também, de saber que há branco vivendo nas reservas. "E brancos ricos".

O xavante teceu críticas à Funai e, de maneira geral, ao governo, "comprometido com o estrangeiro". "O Brasil não é independente. Depende do estrangeiro. O governo é gerente do estrangeiro, não governa nada". Disse que "o brasileiro é pobre", mas o País rico: tem "terra, mata, minério, ouro, pedras preciosas. O governo quer trazer pessoal de fora para ocupar nosso País. Um dia até o índio vai ser empregado do estrangeiro", brincou.

BOMBAS

Sobre as bombas, Juruna não tem dúvidas: "O culpado é o próprio Exército". A bomba, disse, é "para assustar o brasileiro. O governo não quer perder seu emprego. Quer ganhar mais ainda, tomar conta mais ainda do povo". Acha que as bombas visam evitar a eleição direta, onde o governo perderia.

Depois de visitar Mangueirinha, Juruna

volta para Mato Grosso. Em julho, segundo informou, irá à Bahia, manter contato com representantes indígenas. Pretende também visitar o Nordeste. "ver o problema do branco". Lá não há índios, disse, mas "o branco sofre demais", e ele quer ver de perto estes problemas.

TRISTE COM A IMPRENSA

Juruna confessou-se também "muito triste" com a imprensa: "Estão dizendo muita mentira, muita calúnia a meu respeito, me acusando sem nenhuma prova", disse o líder xavante, acrescentando que "os jornais e revistas que falam coisas sem prova sobre minha pessoa, não dizem nada contra o governo, contra o ministro do Interior, que vende terra do índio para o estrangeiro".

"Estou pensando muito sobre o que estou fazendo junto com políticos, com a imprensa, na cidade, com toda essa gente, sem dinheiro, me sacrificando muito. Tem hora que me dá vontade de parar com tudo isso". Disse que não se decide por parar com seu trabalho porque não vê quem possa substituí-lo: "Tenho esperança de que surja um outro líder indígena que possa continuar o meu trabalho. Ai eu vou parar mesmo".

Tese não convenceu

LONDRINA (Sucursal) - Não foi preciso caloroso debate em torno da tese doutrinária de "otimismo e confiança" do presidente da Federação e Associação Comercial do Paraná, Carlos Alberto Pereira de Oliveira, apresentada ontem na 32ª Reunião Plenária das Associações Comerciais do Paraná. Foi rejeitada por 15 votos contra 4.

A opinião entre os presentes - 25 presidentes de associações e representantes de empresas da região - desde o início já era contrária a tese, uma vez que as premissas defendidas pelo líder empresarial paranaense Carlos Alberto Pereira de Oliveira chocavam-se com o entendimento histórico da maioria dos que ouviram as suas ponderações.

Antes de ser debatida, a questão - ao final reduzida a apenas dois apartes das Associações Comerciais de Londrina e Rolândia - Carlos Alberto, numa clara tentativa de desviar a atenção dos presentes, criticou a nota publicada ainda ontem pelo jornal O Estado do Paraná, que por sua vez criticou as posições do empresário. Para Carlos Alberto, O ESTADO entendeu de maneira diferente o que "procurei afirmar". Segundo ele, o órgão apanhou "frases esparsas" com o firme propósito de torcer o sentido de sua mensagem. Depois, anunciou que distribuiria a imprensa - e em especial a este jornal - uma nota explicativa em que mostraria que sua tese não "pretendia estabelecer as odiosas teorias racistas baseadas nos trabalhos de Gobineau".

Notava-se desde o início da leitura da tese "otimismo e confiança" uma certa indisposição e mal-estar entre os demais presidentes de entidades comerciais. O

documento foi lido pelo assessor econômico da federação, Rubem Pinheiro, por sinal quem redigiu a tese, "a pedido do presidente Carlos Alberto Pereira de Oliveira.

Basicamente, as críticas ao ponto de vista de Carlos Alberto não precisaram ir além: restringiram-se às suas posições em relação a dívida externa, a inflação e minifúndio. As posições contrárias são as de que não pode o Brasil conviver com a dívida externa - como preconiza Carlos Alberto - uma vez que "é sabido que dentro de um regime capitalista a maior remuneração vai para o capital, ou seja para quem empresta o dinheiro". Também foi colocado em plenário que a inflação, ao contrário do que apregoou o presidente da ACP, "é inimiga e deve ser combatida" e que o minifúndio, tão atacado pelo ainda presidente da ACP, "tem todo um caráter social. O que precisamos - frisou o empresário Kentaro Takahara - é de maior produtividade e de incentivos para que nossa produção exceda os limites das primeiras necessidades".

O presidente da ACP ainda procurou justificar com o auxílio de seu assessor econômico os princípios ideológicos contidos em sua tese, mas os aplausos, quando havia uma manifestação contrária a seus posicionamentos, foram suficientes para que ele terminasse de surpresa suas ponderações, passando a decisão para o plenário, que não teve dúvidas: votou contra.

A RESPOSTA

Em sua nota divulgada para a imprensa, o presidente da ACP diz que o órgão apresenta a tese dentro de um aspecto nacionalista, considerando-se que para bem resolver os problemas econômicos nacio-

nais se faz necessário um correto diagnóstico dos males que afligem o Brasil. E dentro destes males - acentuou - destaca-se a pobreza do povo brasileiro, fenômeno que devemos combater, porém de maneira serena e lúcida. Adiante, a nota diz que nacionalismo "para nós não é sinônimo de chauvinismo". E que "também não é o otimismo que proclama como bom tudo que existe no Brasil. Precisamos reconhecer nossas fraquezas ao mesmo tempo em que proclamamos nossas virtudes e potencialidades".

Nacionalismo - para ele, "é reconhecer a significação da tecnologia importada e das poupanças de outros povos, que para aqui se dirigem, na forma de investimentos produtivos, que dão emprego ao nosso povo e que permitem alívio no balanço de pagamentos, através de exportações de valores agregados de matérias-primas industrializadas".

Antes destas ponderações, a nota enviada para a imprensa salienta que "ninguém desconhece a enorme contribuição do negro e do índio para formação da nacionalidade brasileira", numa retratação de sua posição de que a pobreza é de origem racial. "Mas o que não se pode negar - acentuou - é que nossos índios amazônicos ou os negros da África Equatorial estão em estágios culturais inferiores aos europeus e japoneses que imigraram para o Brasil".

E finalizando a nota afirmou: "Esse, a nosso ver, é o nacionalismo construtivo que deve ser difundido e que permitiria a eliminação dos bolsões de pobreza que ainda persistem em algumas regiões de nosso País".